

A Ciência Policial em Portugal: o reconhecimento pela comunidade científica internacional

Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares

Nota dos Editores:

O presente artigo corresponde à Lição Inaugural proferida pelo Autor na Cerimónia de Abertura Solene do Ano Académico 2021-2022, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Pela riqueza do seu conteúdo, antecipatório dos trabalhos da Conferência sobre os 40 Anos das Ciências Policiais em Portugal, considerou-se que este texto era incontornável na presente coletânea.

Introdução

A pandemia afetou o mundo com um impacto difícil de circunscrever. É na conjuntura atual que a ciência ganha particular relevância no apoio à governança numa sociedade dominada, como um vírus, por movimentos perigosos e populistas (Zúquete, 2016). A ciência é a mais recente fonte da verdade e distingue-se da autoridade, a intuição, a tradição e o bom senso (Horton, 1980) porque assenta no método (Hill e Hill, 2002). Mas, para que se *faça* ciência, são necessários laboratórios, financiamento, investigadores disponíveis para a reflexão, a partilha de conhecimento e, como primeira condição, a liberdade: sem liberdade não há ciência.

Em Portugal, só após o 25 de abril de 1974 se respirou o clima de investigação e de publicação com liberdade (Amaral, 1985; Carmo, 2011). Até então a Sociologia, a Ciência Política e a História eram consideradas matérias

perigosas e nunca foram autorizadas a título principal nas universidades. A primeira licenciatura em Sociologia em Portugal surgiu no ISCTE, apesar de a Universidade de Évora reclamar esse *pioneirismo* (Machado, 2009; Silva & Costa, 2013). Os primeiros doutores em Sociologia foram José Madureira Pinto (1983) e João Ferreira de Almeida (1984), ambos sob a orientação de Boaventura de Sousa Santos, doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973). Um pressuposto mais recente é o respeito por princípios éticos. Os fins da ciência devem estar para além da ciência (Santo, 2015; Trindade, 2017). Por outro lado, a sociedade de risco exige um diálogo interdisciplinar por forma a munir os cientistas de uma visão alargada, procurando triangular fontes e áreas do saber, para garantir que a realidade é lida objetivamente, liberta de obstáculos epistemológicos. Bachelard (2001) defendia que os grandes homens são úteis à ciência na primeira metade da sua vida e prejudiciais na segunda. Chega uma altura em que o espírito gosta mais daquilo que confirma o seu saber do que aquilo que o contradiz. Assim, para diminuir a subjetividade, a ciência tem combatido aquilo que Boaventura Sousa Santos (2002) designou como *especialistas ignorantes*, através da (multi)interdisciplinaridade, para mitigar os vazios de conhecimento, num espírito de partilha de *ignorâncias*.

Aqui entronca a Ciência Policial, que se distingue das restantes ciências porque o seu objeto é específico e representa uma abordagem particular da realidade, onde prevalece a Polícia enquanto instituição e as suas relações com a sociedade e o poder político; e o policiamento enquanto processo, numa perspetiva integral, holística e que invoca as informações policiais, a investigação criminal, a ordem pública e o policiamento de proximidade, entre outras dimensões (Fernandes, 2005, p. 337). Para Roché, a Ciência Policial estuda as quatro dimensões da organização e da atividade policial: a política e as relações de poder ou a distribuição dos poderes policiais; o sistema policial, *i.e.*, as relações entre as componentes e os recursos ao nível nacional; os mecanismos de responsabilização; e a doutrina policial (Elias, 2018, p. 37). A Ciência Policial pode dividir-se ainda em estudos de Polícia como sujeito, o estudo das suas atividades, a Polícia *vista de fora*; e da Polícia como objeto, a título de autoconhecimento das instituições e das organizações policiais, a Polícia *vista de dentro* (Elias, 2018, p. 35). No universo anglo-saxónico e germânico fala-se em Ciência Policial, invés de Ciências Policiais, sendo intensamente debatida em torno de ideias como a comunidade epistémica da Ciência Policial (Greene, 2014); os desafios da Ciência Policial na Europa (Fyfe, 2012; Kersten, 2013); a transformação da Polícia através da ciência (Neyround & Weisburd, 2014); o policiamento

com ciência (Neyroud, 2012); e a interligação entre a prática, a educação e a investigação da Ciência Policial europeia (Boer, 2012). Acresce que as universidades no topo do ranking mundial, *i.e.*, o *Massachusetts Institute of Technology*, a *Universidade de Stanford* e a *Universidade de Harvard*, segundo o *Quacquarelli Symonds 2020* – trabalham em função de diversos indicadores como, por exemplo, o número de professores e ex-alunos que receberam o prémio Nobel e a medalha *Fields - International Medal for Outstanding Discoveries in Mathematics*; o número de investigadores mais citados em todas as disciplinas; e o número de trabalhos publicados na *Nature* ou na *Science*. Daqui resulta que, no ensino superior, *sobrevivem* apenas as universidades associadas a unidades de I&D que conseguem atrair e reter talentos e gerar condições estimulantes para a investigação através de financiamento, equipas motivadas e lideranças inspiradoras.

O início da Ciência Policial em Portugal

Vejamos, agora, como começou a Ciência Policial em Portugal e, posteriormente, o recente reconhecimento pela comunidade científica internacional. No início da democracia portuguesa (1974) o Programa do Movimento das Forças Armadas previu, como medida imediata, a reorganização e saneamento das forças armadas, militarizadas e policiais. Nessa senda, iniciou-se um processo de mudança da Polícia Portuguesa através de um estabelecimento de ensino superior policial que formasse as futuras elites administrativas e que, por essa via, interrompesse o ciclo da liderança oriunda das Escolas militares (Fachada, 2002; Vieira, 2002; Santos, 2014; Muirequetule, 2017; Dias & Poiares, 2021).

Assim, no ano de 1982, foi criada a Escola Superior de Polícia e consolidados os alicerces para que, em 1984, arrancasse o 1.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, tendo em vista a progressiva substituição dos oficiais do Exército, para que continuasse a ser assegurada a estabilidade da instituição, habilitando os futuros oficiais de polícia com os conhecimentos que, na altura, eram considerados imprescindíveis para dirigir uma organização policial e gerar uma nova mentalidade e uma nova relação entre a Polícia e a comunidade, objetivo só alcançável com profissionais munidos de elevado nível cultural e adequada preparação científica, técnica e cívica, cf. o ponto 3 do Preâmbulo do Estatuto Orgânico da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151/85, de 9 de maio. Um terço dos efetivos policiais, admitidos antes de 1979, tinha um capital educacional mínimo e outro terço possuía habilitações escolares abaixo das que já então vigoravam para

entrar na profissão policial, *i.e.*, nove anos de escolaridade (Costa, 2002; Baganha, 2003). Entendeu-se que essa formação devia ter nível superior, devendo as matérias a professar estender-se desde as diferentes áreas do Direito com mais interesse para a Polícia até à educação física, não descurando os aspetos culturais. Contudo, a nova Escola devia apresentar uma estrutura acentuadamente civil, sem, contudo, se menosprezarem os aspetos militares da formação (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 423/82, de 15 de outubro).

Alguns estudos dos anos 90 defendiam que um nível formativo baixo podia dificultar qualquer processo de profissionalização na Polícia. Mas, por outro lado, um nível excessivamente alto era encarado com reticências, pois duvidava-se da vocação desses polícias, cujas elevadas habilitações podiam gerar expectativas de promoção que nem sempre se podiam cumprir e, conseqüentemente, uma frustração negativa para o serviço (Fernández, 1990, p. 129; Poiares, 2004, 2013). Neste domínio, entendemos que não devemos ter receio de polícias cada vez mais qualificados, ainda que isso signifique mais sentido crítico, mas também mais responsabilidade e maior lucidez e discernimento na resolução de problemas securitários cada vez mais complexos.

Em 1988 a Escola Superior de Polícia recebeu novas atribuições na formação dos oficiais da Polícia Nacional de Cabo Verde, num primeiro momento, e, mais tarde, de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com uma matriz assente na dignidade da pessoa humana e um *ADN iscpsiano* que tem contribuído, além-fronteiras, para o prestígio de Portugal. A título de exemplo, destacamos o atual comandante-geral da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe (que faz questão de ostentar no seu uniforme – com orgulho – o brasão do nosso Instituto, à semelhança de quase todos os ex-alunos dos PALOP); assim como o diretor nacional da Polícia Judiciária e o diretor geral dos Serviços Prisionais de São Tomé e Príncipe; ou a recente Ministra do Interior da República de Moçambique, que frequentou o 16.º CFOP (o Presidente da República de Moçambique nomeou em Despacho Presidencial, de 11 de novembro de 2021, Arsénia Felicidade Félix Massingue no cargo de Ministra do Interior).

Por outro lado, em Portugal, os últimos três diretores nacionais da PSP são licenciados pelo ISCP, a par de muitos outros ex-alunos que têm prestigiado a PSP e Portugal, interna e externamente (Dias & Poiares, 2021), em diversos cargos como o de Secretário-Geral Adjunto do Sistema de

Segurança Interna; o de presidente da Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto; a direção do Gabinete Coordenador da Segurança Escolar do Ministério da Educação; o comando de forças policiais em operações de paz no Haiti e em Timor-Leste; a direção da Divisão de Polícia e assessoria do Secretário-Geral da ONU, em Nova Iorque; a coordenação do Gabinete de Segurança para a Prevenção e Combate à Violência contra os Profissionais de Saúde; a chefia da Divisão de Segurança, Operações e Informações da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; diversas funções nos Ministérios como técnicos especialistas, adjuntos ou chefes de gabinete; a assessoria no Gabinete do Primeiro-Ministro; funções de inspeção na IGAI; o comando de Polícias Municipais; a direção da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal e da Unidade Regional do Norte da ASAE; entre muitos outros não menos honrosos cargos. Acresce que existem vários ex-alunos doutrinadores que são frequentemente citados em documentos da Assembleia da República, da IGAI, em decisões judiciais e em estudos académicos e científicos nacionais e internacionais.

A esta realidade acresce a formação ministrada no âmbito do mestrado em Ciências Policiais, aberto ao *exterior*, a centenas de alunos provenientes da sociedade civil e de outras forças e serviços de segurança. Neste momento, temos vários (ex-)alunos da Polícia Judiciária, GNR; Serviços Prisionais; ACT; ASAE; advogados e magistrados portugueses; e de diversas Polícias e Magistraturas dos Países Amigos de Língua Oficial Portuguesa, o que é revelador da projeção da Ciência Policial e da qualidade do ensino. O ISCP SI, apesar de ser uma Academia jovem, tem sido uma Casa de formação de líderes, de consolidação de uma elite e um motor de mudança no domínio da segurança interna. Essa realidade – as conquistas dos nossos pares – deve ser vivida, partilhada e projetada por todos com orgulho.

Nos últimos anos da década de 1990 foi dado outro passo significativo: a conclusão do 5.º ano da então licenciatura em Ciências Policiais, atual mestrado, começou a exigir a elaboração de um trabalho final (dissertação) sujeito a discussão pública perante um júri, o que representou a consolidação da Ciência Policial em Portugal (Poiares, 2004, 2013). Acresce que, na Cerimónia de Abertura do Ano Académico de 1997-1998 tivemos a primeira Lição Inaugural proferida por um ex-Aluno do nosso Instituto (Gomes, 2005) e, no dia 25 de novembro de 2002, doutorou-se o primeiro diplomado em Ciências Policiais. Entre 2002 e 2018 doutoraram-se treze ex-alunos, distribuídos pelas seguintes áreas científicas: cinco em Ciência Política, três em Direito; e um em cada uma destas áreas – Sociologia, Psicologia, Ciências Forenses, Gestão; e Ciências e Tecnologia da Saúde

(um 14.º ex-aluno, em 2022, vai obter o grau de doutor em Criminologia pela Universidade do Porto). Atualmente, verificamos um número crescente de diplomados em Ciências Policiais que se encontram a frequentar programas de doutoramento, o que permite projetar um futuro com mais massa crítica, o que exige um centro de investigação com condições de, em liberdade, *fazer* Ciência Policial.

A criação do ICPOL, unidade de I&D do ISCPSI, fundou-se nas exigências do ensino universitário e no protocolo assinado entre o Instituto e a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior, em maio de 2004, após o qual o Diretor do ISCPSI nomeou a Comissão Instaladora que iniciou os trabalhos de estudo e a visita de outras unidades de I&D, tendo iniciado a atividade, em outubro de 2004, com a fundação da *Politeia* (atual *Revista Portuguesa de Ciências Policiais*), a apresentação dos *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva* (15 de outubro de 2004) e a realização do *I Colóquio de Segurança Interna* (17 e 18 de novembro de 2004).

A avaliação internacional pela FCT em 2018

No entanto, apesar de todo o esforço desenvolvido desde 2004, o ICPOL nunca conseguiu reunir as condições para ser uma unidade de I&D FCT. Mais recentemente, entre setembro e dezembro de 2017, o ISCPSI foi sujeito à avaliação institucional e dos seus ciclos de estudos pela Comissão de Avaliação Externa nomeada pelo Conselho de Administração da A3ES, o que fez despertar a urgência da mudança. A continuidade e a credibilidade dos cursos superiores assentam num conjunto de pressupostos: um dos quais é a existência de produção científica de qualidade, por parte do corpo docente, em revistas internacionais indexadas (*e.g.*, na *Scopus* e na *Web of Science*) e com fator de impacto. O ISCPSI tinha, então, de preparar a submissão à avaliação internacional FCT que ia ocorrer em 2018 e que podia permitir aceder a financiamento plurianual.

Nessa altura, já existia muito trabalho feito, vários projetos de investigação e dezenas de iniciativas académicas e científicas. Mas ainda não existiam as condições necessárias para uma submissão coerente à FCT. Faltava, acima de tudo, uma estratégia, um corpo de investigadores coeso e focado e uma liderança que congregasse todos os investigadores com um espírito positivo e resiliente, assim como uma estrutura interna (*maxime* em matéria de Grupos de Investigação) que estivesse alinhada com a Ciência Policial. Na altura, o ICPOL, ainda nem sequer reunia o n.º mínimo de doutorados integrados para uma avaliação internacional (que, como sabemos, são apenas dez).

Foi necessário, por isso, definir um plano de ação que se baseou no conceito de Ciência Policial mais consensual internacionalmente, *i.e.*, a Ciência Policial enquanto resultado de uma abordagem científica da Polícia como uma instituição e do policiamento como um processo (Jaschke, Bjørgo, Romero, Kwanten, Mawby & Pagon, 2007, p. 110; Nägel & Vera, 2020). Depois, foi imperativo preencher o pressuposto relativo ao número de investigadores. Em fins de 2017 o ICPOL tinha nove doutorados integrados e 12 assistentes de investigação. Um ano depois, quando o ICPOL recebeu o painel internacional da FCT, o esforço concertado de mobilização permitiu aumentar para 18 doutorados integrados e 23 assistentes de investigação. Mas, para efeitos de avaliação FCT, o número relevante, que foi duplicado, diz respeito ao n.º de doutorados integrados, os únicos que são valorizados em termos de produção científica. Em paralelo, foi necessário pensar numa estrutura interna coerente com a área científica do Centro. Para isso, o ICPOL inspirou-se no modelo da Universidade da Polícia Finlandesa (*Police University College*, Tampere, Finland), que considera que a Ciência Policial tem como objeto de estudo três áreas científicas (Elias, 2018, p. 37). Essa opção pareceu-nos coerente e foi adotado o mesmo critério, ou seja, foram criados três Grupos de Investigação (I - Trabalho e Organização Policial; II - Polícia e Sociedade; e III – Policiamento), cada um coordenado por dois doutores, um policial e outro civil (I – Sérgio Felgueiras e Sónia Morgado; II – Nuno Poiares e Eurico Dias; III – Luís Elias e Lúcia Pais. Em 2021 a coordenação do GI III ficou sob a responsabilidade de Rui Coelho de Moura).

Para além disto, considerou-se essencial reforçar a projeção do ICPOL e alargar o seu espetro de ação, na medida em que a maioria das iniciativas estava excessivamente centrada no Direito. Por isso, o ISCPSI criou uma página do ICPOL nas redes sociais, nomeou um diretor-adjunto, definiu um calendário do Ciclo de Conferências (com uma média de três conferências por mês, sobre temas no quadro da Ciência Policial, abertas à comunidade); promoveram-se diversas reuniões com centros de investigação de excelência como o ICS-UL, o CIES-IUL e o CINEICC-UC, para assimilarmos boas práticas de gestão de ciência e realizarmos parcerias; participámos nas Feiras do Livro de Lisboa e de Belém, lançámos várias Obras, participámos em três reuniões em Budapeste no âmbito das funções de ponto de contacto nacional para a Ciência e a Investigação junto do CEPOL; foi criada uma sala funcional para os investigadores; aumentou-se o número de projetos de investigação; foi reforçado o acervo bibliográfico da Biblioteca com o apoio dos Serviços Sociais da PSP; deu-se início à monitorização dos resultados anuais desde 2013; reforçou-se a internacionalização na Europa, PALOP e

Brasil, para que existissem evidências de trabalho conjunto; estimulou-se os investigadores a publicar em revistas com arbitragem científica, tendo sido elaborada e difundida uma lista com as revistas internacionais mais relevantes (ICPOL, 2018); garantiu-se que todos os investigadores eram titulares do n.º de investigador internacional (*ORCID ID*) e nacional (*Ciência ID*); e foi celebrado um Protocolo com a UAL (10 de janeiro de 2018) que prevê a reserva de duas vagas anuais, com isenção de propinas, para candidatos indicados pelo ICPOL, para o programa de doutoramento em Relações Internacionais que, atualmente, é frequentado por onze polícias doutorandos, provenientes das carreiras de Agente, Chefe e Oficial de Polícia.

Entretanto, foi fundamental produzir dois instrumentos estruturantes e exigentes: o *Relatório de Atividades 2013-2017* e o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2018-2022*. A organização destes dois documentos exigiu um debate participado e alargado ao corpo de investigadores e submetido ao escrutínio do Conselho Científico do ISCPSI para, posteriormente, a informação ser submetida no Portal de Ciência e Tecnologia, percorrendo seis passos: registo da unidade; confirmação na equipa; submissão da candidatura; declarações de compromisso; confirmar *ciência vitae*/ORCID; documentação. No Plano Estratégico, o ICPOL definiu seis eixos (1: desenvolver de forma inovadora o projeto ICPOL; 2: incrementar a qualidade da investigação do ICPOL e o seu impacto científico (inter)nacional; 3: integrar os estudantes na comunidade científica; 4: aumentar o impacto da pesquisa na sociedade e na atividade policial; 5: melhorar o funcionamento dos serviços de apoio à investigação; 6: consolidar o compromisso de responsabilidade social), baseados em quatro palavras-chave: Ciências Policiais, Trabalho e Organização Policial, Polícia e Sociedade; e Policiamento.

Depois deste esforço, a FCT informou o ICPOL que o painel internacional *Social Sciences - Law and Political Science*, iria realizar a visita de avaliação no dia 23 de outubro de 2018. Na semana anterior, a direção do ICPOL promoveu reuniões com os investigadores, na perspetiva de colher contributos para a visita e alinhar a visão. No dia 23 de outubro, entre as 9:00 e as 12:00, a equipa de avaliadores internacionais, composta por Morten Broberg, Dimitry Kochenov, Katerina Yiannibas, Marina Aksenova, Paul James Cardwell, René Smits e Nuno Moreira (acompanhamento técnico da FCT), foram recebidos inicialmente no Auditório, onde foi realizada uma breve apresentação do ICPOL, na presença de todos os membros da equipa, tendo existido um período para a interação entre o Painel de Avaliação e os investigadores, incluindo respostas a questões, como o número

de investigadores de sexo feminino, a internacionalização da produção científica, a atividade de investigação 2013-2017 e o Plano Estratégico 2018-2022. Depois, o painel internacional realizou reuniões parcelares com os doutorandos; os investigadores integrados doutorados há menos de seis anos; e com os investigadores integrados seniores (investigadores principais de projetos ou coordenadores de grupos/linhas de investigação). Após as reuniões, o Painel visitou as nossas instalações.

No dia 21 de junho de 2019, nove meses depois da visita do Painel, a FCT notificou o Instituto de que tinha sido atribuída a classificação de *Muito Bom* e um financiamento de 311.000 € ao ICPOL (*Base Funding for 2020-2023: 141 K€; Recommended Programmatic Support Funding: 170 K€*), o que colocou a PSP e o ISCPSI nos lugares cimeiros da produção científica no plano nacional e internacional. O relatório baseou-se em três critérios que foram avaliados da seguinte forma: a) Qualidade, mérito, relevância e internacionalização das atividades de investigação e desenvolvimento pelos 18 investigadores doutorados integrados: 4 (*Muito Bom*); b) Mérito da equipa de Investigadores Integrados: 5 (*Excelente*); c) Adequação dos objetivos, estratégia, plano de atividades e organização: 4 (*Muito Bom*). Esta avaliação (um *Excelente* e dois *Muito Bons*) significa que o ICPOL ficou muito perto de obter uma avaliação de *Excelente* – classificação máxima.

Este resultado representou um marco na institucionalização da Ciência Policial em Portugal, colocando o ICPOL como a primeira, e atualmente única, unidade de I&D FCT no universo policial e militar, o que deve representar um motivo de orgulho para a Polícia de Segurança Pública e o Ministério da Administração Interna.

O ICPOL hoje

Hoje [em 2024, N.E.], o ICPOL surge com uma nova direção – Nuno Caetano Lopes de Barros Poiaras (2017-2019, e de novo em 2023), Roberto Narciso Andrade Fernandes (2019-2023), e Manuel Monteiro Guedes Valente (2004-2016) – e alinhado com os Planos Estratégicos da PSP e do ISCPSI, estando a desenvolver diversos projetos de investigação, com financiamento, como, por exemplo, o IMPRODOVA - Improving Frontline Responses to High Impact Domestic Violence, no valor de 2,9 milhões de euros, que envolve investigadores de oito países; o Inquérito Nacional de Avaliação da Satisfação sobre a PSP, cujos resultados foram apresentados publicamente no dia 26 de outubro de 2021; a avaliação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP; o LEADPOL – Modelos de Liderança na PSP; o H2020 - APPRAISE

(facilitating public & private security operators to mitigate terrorism scenarios against soft targets); o projeto sobre os Serviços Sociais da PSP; a Caracterização do Perfil de Aptidão Física dos Agentes da PSP; e os projetos Para uma História da Polícia em Portugal – dos primórdios aos meados do século XIX; e Para uma História do Ensino Policial em Portugal (1930-2020).

Externamente o ICPOL, no ano de 2021 e apesar dos diversos constrangimentos provocados pela pandemia, participou na Conferência Europeia das Humanidades (5 a 7 de maio, na Fundação Calouste Gulbenkian); na Feira do Livro de Lisboa (26 de agosto a 12 de setembro), no International Science Festival (European R&D Exhibition, entre 12 e 17 de outubro) e em três Webinários internacionais (International Conference on 5G: Security in Communications, em 24 de março; Para uma História da Polícia - A Intendência Geral da Polícia ao tempo de Pina Manique - 1780-1805, no dia 25 de maio; e Dimensão Externa da Segurança Interna, em 16 de junho. Promoveu ainda o lançamento de dois números da Politeia – Revista Portuguesa de Ciências Policiais, agora também disponível no ciberespaço; o Anuário de Ciências Policiais 2019/2020; o livro Cidade Segura: O Desenho Urbano na Prevenção Criminal; e o livro COVID-19: Uma Experiência Única em 2020; reforçou o acervo da Biblioteca ao abrigo do financiamento da FCT e o apoio dos Serviços Sociais da PSP; consolidou-se organicamente, designando o Professor Doutor Paulo Machado como coordenador científico; a Técnica Superior Paula da Costa Gonçalves Caruço como Gestora de Ciência e Tecnologia; o Técnico Superior Luís Miguel Faria Almeida como diretor da Biblioteca, desde 2019 (até então, essa função foi assumida pela Técnica Superior Michele Ana Tomé Soares); a Chefe Maria Eduarda Fernandes Franco como chefe do secretariado do ICPOL e três bolsistas de investigação; e tem estimulado a publicação em revistas internacionais com arbitragem científica e em inglês, a par da harmonização das temáticas desenvolvidas nas dissertações do mestrado em Ciências Policiais com as linhas dos três Grupos de Investigação.

Conclusão: A Ciência Policial - perspetivas de futuro

Terminamos como começámos: para que serve a Ciência Policial? Para Figueiredo Dias e Costa Andrade a Polícia constitui o símbolo mais visível do sistema formal de controlo, o mais presente no quotidiano dos cidadãos e, por via de regra, o *first-line enforcer* da lei criminal, situada no limiar do complexo processo do *law in action* (Dias & Andrade, 1997, p. 443). Por outro lado, Giddens (2009, p. 224), citando Ericson e Haggerty, defende

que os polícias são, acima de tudo, trabalhadores do conhecimento. O que significa que existem condições únicas para a investigação, desde logo porque o nosso laboratório é a rua, o bairro e a cidade; mas também os nossos polícias, as nossas esquadras, os processos e as inter-relações que se geram entre a Polícia, o poder político e a sociedade. A Polícia tem de gerir equilíbrios, pois tem o olhar voltado, ao mesmo tempo, para o alto, o Estado e a soberania da qual depende, e para baixo, a sociedade na qual deve imergir (L'Heuillet, 2004, p. 216).

À semelhança do setor da aviação civil e da medicina, cujos protocolos são extremamente respeitados, também no domínio da segurança interna importa consolidar essa visão em relação à doutrina policial, que só será alcançável se estiver sustentada em ciência aplicada. Importa, então, criar um ambiente estimulante desde o primeiro dia em que um jovem ingressa no nosso Instituto, espaço onde os alunos devem conviver e aprender com professores e investigadores, polícias e civis, dirigentes, magistrados, advogados, empresários e políticos com percursos inspiradores – os alunos precisam de pessoas que inspirem. A universidade não pode representar um mero espaço físico onde se transmite conhecimento. Deve simbolizar liberdade, coragem, ambição, honestidade, rigor, inovação e liderança, surgindo os professores como trampolins carregados de sonhos e competências, à semelhança do MIT e da Universidade de Harvard, que apresentam a seguinte visão: visamos a excelência no ensino, na aprendizagem e na investigação, o desenvolvimento de líderes nas áreas científicas que fazem a diferença globalmente; assim como criar um mundo melhor através da educação, pesquisa e inovação; assumindo-nos como fazendo parte da elite, mas não elitistas; inventivos e artísticos, obcecados por números e recetivos a pessoas talentosas, independentemente de onde elas venham.

Assim, ao ICPOP colocam-se atualmente vários desafios: preparar a avaliação FCT para 2023; reforçar o número de investigadores integrados doutorados ativos, de modo a gerar mais massa crítica e produção científica que permita mais financiamento; criar os alicerces para um futuro doutoramento em Ciências Policiais; criar uma carreira de investigador; aumentar a produção científica em colaboração com outras unidades de I&D; aumentar a produção científica em inglês; aumentar o número de estudos e pareceres para as Instituições Policiais e outros Organismos centrais, periféricos e locais do Estado, assim como para o setor privado; e continuar a fomentar a internacionalização do ISCPPI.

No ano de 2022 o ISCPSI comemora 40 anos de existência formal e de consolidação de uma nova ciência. Mais conhecimento significa mais poder, e mais poder significa mais responsabilidade. A sociedade de risco mundial (Beck, 2015) exige polícias completos e esclarecidos para os desafios cada vez mais complexos. E, por isso, terminamos do mesmo modo como fez, há quase três décadas, o nosso saudoso Professor Miguel Faria (2005, p. 115) – que nos despertou o interesse pela Criminologia através do estudo da Sociologia e do Direito Penal – na Lição Inaugural de 1993-1994, citando August Vollmer (1917), ex-polícia e criminólogo, sobre aquilo que um cidadão espera de um polícia moderno: para Vollmer, um polícia deve ter, simultaneamente, a sabedoria de Salomão, a coragem de David, a paciência de Job, a liderança de Moisés, a delicadeza do Bom Samaritano, a estratégia de Alexandre, a fé de Daniel, a diplomacia de Lincoln, a tolerância do Carpinteiro de Nazaré e, por último, um conhecimento aturado de todos os ramos das ciências naturais, biológicas e sociais, ou seja, acrescentamos nós, ciência, ciência e mais ciência.

Referências

- Amaral, D. F. (1985). *Uma solução para Portugal*, 6.ª edição. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Bachelard, G. (2001). *A Epistemologia*. Lisboa: edições 70.
- Baganha, E. (2003). *A cultura organizacional na relação com a comunidade: um estudo realizado no Comando da PSP de Braga*, Relatório final de estágio do curso de Sociologia. Braga: U. Minho.
- Beck, U. (2015). *Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa: edições 70.
- Boer, M. (2012). European Police Science: connecting practice, education and research. Conference in Lyon. *European Police Science and Research Bulletin*, Special Conference 2, 21-26.
- Carmo, R. M. (2011). Entrevista a João Ferreira de Almeida, *Análise Social*, XLVI (200), 500-521. Lisboa: ICS-UL.
- Costa, A. (2002). *Esta (Não) é a Minha Polícia – Mudança e Popularidade*, Lisboa: Notícias Editorial.
- Dias, E. & Poiares, N. (2021). The role of military leadership in the socio-professional configuration of Portuguese police administrative elites. *Revista Militar*, 5, 417-442. Lisboa.
- Dias, J. F. & Andrade, M. C. (1997). *Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Elias, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna. Desafios e Prospetiva*. Lisboa: ICPOL-ISCPsi.
- Fachada, C. P. A. (2002). *Liderança: percepção, formação e socialização no contexto do Ensino Superior Militar*. Dissertação de mestrado em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Faria, M. (2005). A Declaração Universal dos Direitos do Homem. Os Valores e os Princípios. Lição Inaugural da Cerimónia de Abertura Solene do Ano Académico 1993-1994 da Escola Superior de Polícia, *Volume Comemorativo dos 20 Anos do ISCPsi*, 101-115. Lisboa: Almedina.
- Fernandes, L. F. (2005). Sun Tzu. A Arte (e a Ciência) da Polícia, *Volume Comemorativo dos 20 Anos do ISCPsi*, 329-356. Lisboa: Almedina.
- Fernández, M. M. (1990). *La Profesión de Policía*. Madrid: CIS.
- Fyfe, N. R. (2012). Outlook: paradoxes, paradigms and pluralism – reflections on the future challenges for police science in Europe. Conference in Lyon, *European Police Science and Research Bulletin*, 309-316. Special Conference issue nr. 2.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*, 7.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, P. J. V. (2005). A prevenção situacional na moderna criminologia. Lição Inaugural da Cerimónia de Abertura Solene do Ano Académico 1997-1998 da Escola Superior de Polícia, *Volume Comemorativo dos 20 anos do ISCPsi*. Lisboa: Almedina.
- Greene, J. R. (2014). The Upside and Downside of the Police Science Epistemic Community. *Policing*, 8 (4), 379-392, Oxford University Press.
- Hill, M. M. e Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*, 2.ª ed. Lisboa: edições Sílabo.
- Horton, P. B. (1980), *Sociologia*. New York: Mcgraw Hill.
- ICPOL (2018). *Publicações Científicas (Jornais/Revistas) na área das Ciências Sociais com relevância para o ICPOL – ISCPsi*. Redator: Hermínio Matos. Lisboa: ISCPsi.
- Jaschke, H.-G., Bjorgo, T., Romero, F. B., Kwanten, C. Mawby, R., Pagon, M. (2007). *Perspectives of Police Science in Europe (Final Report)*. Project Group on a European Approach to Police Science. European Police College.
- Kersten, J. (2013). Police Science: a programmatic analysis of how police science stands in the German-speaking world. *SIAK – International Edition*, 4-18.
- L'Heuillet, H. (2004). *Alta Polícia, Baixa Política. Uma Visão sobre a Polícia e a Relação com o Poder*. Editorial Notícias.
- Machado, F. L. (2009). Meio século de investigação sociológica em Portugal. *Sociologia*, 19, 283-343. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Muirequetule, V. (2017). *Ensino Superior Militar e desenvolvimento de competências de comando e liderança*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Nagel, C. & Vera, A. (2020). Police Science as an emerging scientific discipline. *International Journal of Police Science & Management*, 1-11. DOI: 10.1177/1461355720917413.

Neryroud, P. (2012). Policing with Science: a new evidence-based professionalism for policing. Conference in Lyon, *European Police Science and Research Bulletin*, Special Conference, 2, 39-44.

Neyroud, P. & Weisburd, D. (2014). Transforming the Police Through Science: The Challenge of Ownership. *Policing*, 8 (4), 287-293. Oxford University Press.

Poiães, N. (2004). *A profissão polícia: uma nova lógica socioprofissional e organizacional – o caso da PSP do distrito de Beja*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Évora: U. Évora.

Poiães, N. (2013). *Mudar a Polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa*. Lisboa: bnomics.

Santo, P. E. (2015). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas*, 2.ª edição atualizada. Lisboa: Edições Sílabo.

Santos, B. S. (2002) (1987). *Um discurso sobre as Ciências*, 13.ª edição. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, L. A. B. (2014). *Comportamento Humano em Contexto Militar: Subsídio para um referencial de competências destinado ao exercício de liderança no contexto das Forças Armadas portuguesas*. Cadernos do IESM. Lisboa: IESM.

Silva, A. & Costa, R. (2013). Évora, 1964: contributos para a história da institucionalização da Sociologia em Portugal. *População e Sociedade*, 21, 185-195. Porto: CEPESE.

Trindade, J. (2017). Posfácio. *Crime e segurança nas cidades contemporâneas*. Porto: Fronteira do Caos.

Valente, M. (2011). A Ciência Policial na Sociedade Tardo-Moderna como Fundamento do Estado de Direito Democrático. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 2 (2), 47-63. Brasília: PF.

Vieira, B. (2002). *Manual de Liderança Militar*. Lisboa: Academia Militar.

Zúquete, J. P. (2016). Era uma vez o populismo..., *Relações Internacionais*, 50, 11-22. Lisboa: IPRI.